



CNTSS/CUT participa de fórum no INSS e defende melhorias nas condições de trabalho dos servidores do órgão

22/06/2015

Os representantes da Confederação também combraram as devolutivas e resultados destas reuniões

Escrito por: [Representantes da CNTSS](#)

Na tarde da terça-feira, 16/06, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS/CUT) participou de importante reunião promovida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, através da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), no Edifício Sede em Brasília. Na ocasião, a Confederação foi representada por sua secretária de Comunicação e diretora do SINTFESP - GO, Terezinha de Jesus Aguiar, e pelos membros do Comitê Gestor Nacional de Desempenho (CGNAD), Júlio César Lopes, diretor do SINDIPREV – SE, e Ronaldo Alcântara, diretor do SINDPREV - AL.



Os representantes da CNTSS/CUT, da esquerda para a direita, Ronaldo Alcântara (SINDPREV-AL), Júlio César Lopes (SINDIPREV-SE) e Terezinha Aguiar (SINTFESP-GO)

1 - Carreira, Nota Técnica nº 03/2014, GDASS/GAE e AQ

Esta foi a terceira reunião do Fórum Permanente de Relações de Trabalho no INSS, o qual possui como um dos seus objetivos estabelecer um diálogo entre a gestão e os trabalhadores sobre os principais problemas encontrados no órgão, bem como as formas conjuntas de superação dos mesmos. A reunião do Fórum foi aberta pelo seu presidente, o diretor de Gestão de Pessoas, José Nunes Filho, que iniciou fazendo um

resgate histórico da busca pela construção de uma carreira para os servidores do INSS que pudesse contemplar as necessidades tanto do órgão quanto dos seus servidores.

Analizou, ainda, que dentro do debate da carreira, assuntos como definição do formato da carreira (em "Y" ou outro), tempo de progressão, promoções, quantidade de níveis, seleção de gestores, Adicional de Qualificação (AQ), concursos públicos, dentre outros, são fundamentais e estratégicos para a sustentabilidade e fortalecimento não só da carreira do Seguro Social, mas também da preservação e retenção dos servidores e talentos na instituição, bem como da continuidade da prestação de seus serviços à população brasileira.



Diretor José Nunes e outros gestores da administração central do INSS apresentam algumas propostas para a carreira do Seguro Social.

Após esta exposição inicial, alguns representantes das entidades nacionais que representam os trabalhadores se pronunciaram, dentre os quais os representantes da CNTSS/CUT. Terezinha Aguiar lembrou ao diretor Nunes que ela acompanha este debate acerca da Carreira do INSS desde os anos 80/90 e que, lamentavelmente, por falta de interesse e compromisso de vários governos com o serviço público e com os servidores deste importante órgão nada ainda hoje saiu do papel para ser materializado efetivamente. *"Eu sou testemunha ocular desta história, pois já participei da construção nada mais nada menos de 'nove intenções de carreiras' para o INSS e até agora nada! Os servidores, infelizmente, já estão num nível de cansaço e incredulidade tamanhos que chegam a duvidar que espaços como este fórum possam realmente resolver o problema. Nós queremos atitude da gestão do INSS e do Governo. Não dá mais para continuar do jeito que está, com servidores desmotivados, cansados de esperar. Quero dizer que, infelizmente, caso nada de concreto venha a surgir ainda este ano, principalmente em relação à melhoria do vencimento básico no contracheque dos servidores, com a consequente incorporação das gratificações (GDASS/GAE), esta será a última reunião a tratar desse tema da qual eu participarei"*, protestou Terezinha, dirigente da CNTSS/CUT.

Ainda sobre este assunto, José Nunes afirmou que até o final do segundo semestre deste ano foi posto como prioridade pela presidente do INSS, Elisete Berchiol, a conclusão de um projeto definitivo de reestruturação da carreira do Seguro Social, levando em consideração todos os componentes que se esperam de uma carreira, bem como os seus consequentes impactos (econômicos, institucionais etc.) que o mesmo venha a causar. Sobre a incorporação das gratificações, Nunes trouxe uma novidade ao registrar que ainda no mês de maio deste ano, após exatamente um ano de espera, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) devolveu ao Ministério da Previdência Social (MPS) a Nota Técnica nº 03/2014 - DGP/INSS, a qual trata da incorporação de parte das gratificações (GDASS/GAE) ao Vencimento Básico (VB) dos servidores do INSS, diminuindo assim a abismal distorção remuneratória entre a parte fixa e a parte variável dos salários.

Segundo José Nunes esta devolução teria se dado em virtude do MPOG querer saber se o INSS manteria, alteraria ou retiraria a proposta. O diretor registrou ainda que, como não havia nenhuma proposta de alteração da referida Nota Técnica por parte dos membros do CGNAD, a mesma foi remetida de imediato para o MPOG, a fim de não atrasar a nova análise do Ministério. Nunes também mencionou a recente reunião em que participou junto ao MPOG, em maio deste ano, onde esteve presente o Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público, Sérgio Mendonça, onde teria sido questionado às entidades que representam os trabalhadores do INSS em âmbito nacional qual a prioridade dos servidores da Casa. Na ocasião, além de outras pautas históricas, foi pacificado que a prioridade para este momento seria a **incorporação de parte das gratificações (GDASS/GAE) no Vencimento Básico e a criação do Adicional de Qualificação (AQ)**, onde o secretário do MPOG teria afirmado que analisaria a proposta e daria uma resposta o quanto antes. Por fim, José Nunes registrou que acredita que a carreira do Seguro Social deva ser analisada pelo Governo, para além das questões financeiras, como uma necessidade e instrumento de gestão.



Membros da gestão central do INSS e representantes das entidades nacionais de representação dos servidores do INSS discutem a carreira e os entraves para o seu desenvolvimento

2 - REAT e possibilidades de ajuste no modelo de turnos

O outro tema bastante discutido no Fórum foi a questão do Regime Especial de Atendimento em Turnos (REAT), o que foi motivo de debate e análises entre os presentes. Após algumas propostas iniciais, inclusive de acabar com o modelo do REAT e estabelecer a jornada de 30 horas para todos os servidores do INSS, tanto da área meio quanto das APS, o diretor de Gestão de Pessoas, José Nunes, argumentou que esta proposta não seria viável, pois registrou que a criação do REAT foi a única forma de possibilitar que uma boa quantidade de servidores pudesse realizar a jornada semanal de 30 horas sem a redução de salários, mas aliado ao compromisso de alcance de metas/índices mínimos pactuados. Afirmou ainda que sem o REAT os órgãos de controle e assessoria (CGU, MPF e AGU) não aceitariam o retorno das 30h no INSS, em função do que determina a Lei 8.112/90, a qual, dentre outras questões, estabelece a jornada semanal de 40 horas para os servidores públicos federais.

Sobre este assunto, o diretor do SINDIPREV-SE e membro do CGNAD, Júlio César Lopes, reconheceu que o REAT não foi o modelo defendido pelas entidades nacionais, em 2012, pois a defesa é das 30 horas (modificar) para todos os servidores (área meio e fim). Esse modelo gerou insatisfação, com razão, de boa parte dos servidores lotados na Administração Central (DF), Superintendências, Gerências Executivas e Agências do PEX. O REAT simbolizou uma vitória parcial dos trabalhadores do INSS, que através de muita luta, estudos e pressão, conseguiram resgatar as 6 horas dentro do órgão, em um momento onde muitos se mostravam céticos e davam o tema das 30h no INSS como algo já superado.

Contudo, "*Não é possível admitir que um órgão da importância do INSS e que ampliou a sua capilaridade de atuação nos últimos anos, sendo, muito provavelmente, a instituição pública federal que mais teve suas demandas aumentadas em quantidade e diversidade, a exemplo do volume de atendimento gerado pelo Plano Simplificado, Microempreendedor Individual (MEI), Segurado Facultativo de Baixa Renda (SFBR - Dona de Casa), Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), Lei Complementar 142 (segurado com deficiência) e, mais recentemente, pelo Seguro Defeso (alteração da MP nº 665), tenha condições de, com o um número reduzido de servidores (por conta das aposentadorias e saídas de servidores aprovados em outros concursos), dar conta de 11 indicadores para manter o sistema de turno estendido, com uma lógica surreal, onde as metas sempre têm que ser batidas em regressividade. Isto é injusto e desumano!*", declarou o representante da CNTSS/CUT.

O diretor José Nunes reconheceu o momento e as dificuldades pelas quais vêm passando os servidores do INSS para alcançar as metas do REAT a cada novo ciclo de avaliação e solicitou sugestões das entidades para melhorar o atual modelo. Afirmou que a gestão do INSS já tomou medidas para melhorar o REAT, como as formas de "expurgo", a exemplo da possibilidade de anular um índice negativo caso os servidores da agência estejam realizando os cursos da Escola da Previdência, e que ainda estudam formas de permitir a revisão da situação de cada APS sem que a mesma precise sair de imediato do REAT, algo semelhante a uma "recuperação escolar".

Os representantes da CNTSS/CUT defenderam um "enxugamento" dos indicadores, algo que mantivesse o modelo do REAT, mas que fosse realista, propondo ainda que o modelo de turnos estendidos se limitasse a um ou dois indicadores, no máximo. A proposta dos diretores da Confederação foi bem acolhida pelos gestores do INSS presentes, os quais a acharam coerente e viável. Nunes afirmou que junto com as entidades nacionais que quisessem contribuir com o debate poderiam estudar e definir qual ou quais os índices seriam contemplados pelo novo modelo do REAT para torná-lo mais justo e sustentável.

Os representantes da CNTSS/CUT defenderam o fim das exigências de "equipe mínima/ideal" nas APS, bem como da obrigatoriedade de que as agências tenham que ter gerente e chefe de benefícios (pelo menos este último) para a manutenção dos turnos, já que do jeito que está hoje, o modelo tem obrigado que colegas servidores permaneçam ou assumam estes cargos para não prejudicar a permanência do turno estendido para os colegas de sua agência. Estas propostas juntas também poderiam permitir que os servidores das APS do PEX tivessem a possibilidade de entrar no REAT.

Sobre as propostas apresentadas, José Nunes afirmou que, a princípio, não via possibilidade destas propostas se efetivarem e que entende a preocupação com os servidores do PEX, mas para uma visão de fortalecimento da carreira e dos cargos de gestão, não seria interessante realizar este desatrelamento entre cargos de gestão e REAT. Reconheceu que as gratificações dos gestores são muito baixas e sofrem certa defasagem (particularmente as dos chefes de benefícios) e que já existem alguns estudos na Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP/INSS) para possibilitar melhorias nestas gratificações no INSS.



Representantes da CNTSS/CUT propõem **melhorias no REAT** para tornar o modelo mais justo e sustentável

3 - Condições de Trabalho e viabilização de melhorias imediatas

Este tema foi provocado pelos representantes da CNTSS/CUT. O diretor sindical, Júlio Lopes, apresentou aos gestores do INSS um documento intitulado de "Plano de Trabalho: radiografia, análise e propostas de resolução de problemas nas relações de trabalho no INSS - Nº 01" (ver o referido documento ao final desta matéria). Júlio Lopes explicou que este trabalho é produto da contribuição de vários servidores do INSS de diferentes estados e regiões do país, os quais registraram em um curto espaço de tempo as dificuldades e limitações pelas quais passam diariamente em seus locais de trabalho e que tais situações podem ser mais comuns do que se pensa em vários lugares do país. Destacou que sua preocupação com este trabalho não foi o de esgotar os problemas que envolvem as condições de trabalho no INSS, pois estes são variados e inúmeros, mas sim, de destacar alguns deles e buscar a resolução dos mesmos por etapas, já que o fórum tem natureza de "permanente" e que outros problemas poderão ser trazidos para esta discussão.

Dentre as questões abordadas pelo Plano de Trabalho foram destacados:

- 1 - A ausência de dedetização/higienização nos ambientes de trabalho;
- 2 - O Programa Permanente de Saúde do Servidor;
- 3 - A regularização do pagamento do adicional de insalubridade;
- 4 - Os impactos causados no INSS pelas mudanças trazidas pela MP nº 665 (Seguro Defeso) como desafio à qualidade de trabalho e vida dos servidores, como também à sustentabilidade dos índices de gestão.

No primeiro ponto de discussão, sobre a ausência de dedetização/higienização nos ambientes de trabalho, Júlio Lopes destacou que em muitas agências do INSS no país, em vários estados e regiões, tem-se encontrado um grande número de casos de infestação de ratos, baratas, escorpiões, formigas, dentre outros. Que muitos servidores e demais usuários do INSS correm risco diário de ser picado/mordido por uma destas pragas urbanas e que grande parte disto poderia ser evitado se a gestão do INSS realizasse as dedetizações de forma regular, o que não tem ocorrido nos últimos tempos.

Assim, o documento traz como proposta o restabelecimento imediato das dedetizações nos locais de trabalho e de forma periódica, conforme preveem as normas técnicas na área. Sobre este assunto, o coordenador-geral de recursos logísticos do INSS, Marcelo Soares Alves, afirmou que anteriormente os contratos de serviço de dedetização eram feitos no pacote de serviços de prestação de serviços de limpeza. Contudo, após a realização de um estudo feito pela área de logística do INSS, foi identificado que fazer a contratação deste serviço em separado deixaria os contratos em torno de 28% a 35% mais baratos. Assim, a orientação dada aos gestores no âmbito das Gerências Executivas foi que realizassem a licitação dos serviços de dedetização em separado, "e não que deixassem de fazer estes contratos", e que, se isto está acontecendo, é um erro. Afirmou ainda que documentos como o apresentado pela CNTSS/CUT são registros importantes para que a gestão nacional possa atuar e que vai entrar em contato com os gestores dos locais citados no documento a fim de orientá-los sobre o assunto.

Sobre o Programa Permanente de Saúde do Servidor, Júlio Lopes registrou que desde a Lei 8.112/90 (que regulamenta as questões do servidor público) já existem orientações para a administração pública acerca da preocupação com a saúde dos servidores e que quase 20 anos depois surgem os primeiros decretos-leis que regulamentam a questão. Assim, desde 2009 os servidores (não só os do INSS, mas todos os públicos federais) deveriam ser alvo de ações de acompanhamento de suas condições de saúde por parte dos seus órgãos empregadores, a partir de Exames Médicos Periódicos (EMP) e até de "prontuários eletrônicos" para saber como orientar os servidores a melhorar as suas condições de vida e saúde e prevenir doenças variadas (diabetes, colesterol alto, hipertensão arterial, LER/DORT, depressão, obesidade, tuberculose etc.), bem como, os seus agravamentos (AVC, enfarto, amputações traumáticas, cegueira, etc.) e que acarretam prejuízos para os servidores, instituição e para a sociedade, com o afastamento temporário ou definitivo destes trabalhadores. *"Para além disso, é preciso que o INSS se preocupe não só com a prevenção da saúde dos seus servidores, mas também com sua 'promoção', com atividades que favoreçam o bem-estar e estimulem para o trabalho"*, afirmou o representante da Confederação.

Como propostas, Júlio César Lopes cobrou que o INSS implemente o quanto antes o que a lei determina: acompanhamento das condições de saúde dos seus servidores, com a realização dos exames periódicos e utilização do prontuário eletrônico; fortalecer o SQVT/SIASS e suas ações; e que a gestão do INSS promova atividades como ginástica laboral e outras no local de trabalho.

Sobre este assunto, o diretor José Nunes reconheceu a importância deste tema e afirmou que o INSS esbarrava em algumas questões sobre a contratação destes serviços e que, após a conclusão de um parecer pela AGU, já estão concluindo os tramites para avançar nesta questão. Que tão logo os procedimentos estejam prontos, irão apresentá-los e discuti-los com as entidades nacionais. Nunes não estabeleceu prazo para a implementação desta ação, já que algumas questões não dependem da gestão do INSS sozinha, mas que estão dando a prioridade que o assunto requer.

Sobre o terceiro tema, Júlio Lopes questionou o por quê alguns servidores do INSS não estão recebendo o adicional de insalubridade, já que em muitos casos estes servidores realizam a mesma atividade que outros servidores que recebem este adicional. Citou um caso concreto os assistentes sociais da Gerência Executiva Campo Grande, no estado do Mato Grosso (MT), onde nenhum destes servidores estaria recebendo o Adicional de Insalubridade. *"Isto é um absurdo duplamente, primeiro porque estes trabalhadores realizam o mesmo trabalho que seus colegas em outros estados e, enquanto os assistentes sociais de outros estados recebem este adicional, os mesmos profissionais na Gerência de Campo Grande não estão o recebendo. Segundo, porque o trabalho desenvolvido por estes servidores, atendendo e tendo contato direto com a população, em sua maioria com problemas de saúde, já os expõe a situações significativas de agentes vetores de insalubridade. Assim, não só estes assistentes sociais, mas todos os servidores do INSS, em menor ou maior grau, fazem jus ao adicional de insalubridade. Então, como aceitar que eles não tenham acesso a este direito?"*, questionou o representante da CNTSS/CUT.

A respeito deste assunto, José Nunes informou que este problema se deve a um entendimento existente em órgãos externos de que os servidores do INSS não fariam jus ao adicional de qualificação, pois, apesar de atenderem ao público, entendem que estes não examinam, não precisam manter contato físico etc. com os segurados. Devido a isso, deva ter

acontecido a retirada do adicional de insalubridade dos servidores do INSS na GEX Campo Grande e que isto poderá vir a acontecer em outras gerências e estados do país.

José Nunes fez questão de afirmar que a gestão nacional do INSS possui entendimento contrário e que acredita que ao menos os servidores da área de atendimento (atividade fim) possuem direito a receber este benefício.

Os representantes da CNTSS/CUT demonstraram preocupação com estas informações e afirmaram que, caso isso ocorra, com a retirada do adicional de insalubridade dos servidores, ingressarão com ações judiciais para reaver este direito.



Representantes da CNTSS/CUT no fórum permanente de relações do trabalho no INSS entregam Plano de Trabalho e propostas para resolução de problemas.

Nas fotos, da esquerda para a direita, entrega de documentos a José Nunes Filho (diretor de Gestão de Pessoas do INSS) e Marcelo Soares Alves (coordenador-geral de recursos logísticos do INSS)

Em relação ao último ponto trazido no documento, há uma preocupação de que a vinda do seguro defeso para o INSS inviabilize ainda mais o atendimento e as demais atividades do órgão, pois principalmente nos estados da Região Norte e Nordeste, onde a atividade de pescador artesanal é algo muito presente e numerosa, o grande volume de segurados que buscam pelo seguro defeso é uma ameaça à atenção aos outros serviços e atendimentos no INSS.

Vale ressaltar ainda que a CNTSS/CUT é contrária à retirada do seguro defeso do âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, pois, além de fragilizar e contribuir para o desmonte do MTE, a medida superlota as agências do INSS, as quais não estavam preparadas para atender este público à mais. Júlio Lopes lembrou que somente em Sergipe foram mais de 30 mil novos segurados que o INSS terá que atender, sem que tenha havido concurso nem treinamento adequado dos servidores. Os representantes da CNTSS/CUT cobraram ações imediatas da gestão nacional do MPS e do INSS para que resolvam o problema de atendimento nas APS (principalmente nas Regiões Norte e Nordeste) ocasionado pela aprovação da MP 665.

Ao final da reunião foram entregues alguns exemplares do Plano de Trabalho pelo SINDIPREV-SE/CNTSS/CUT aos gestores do INSS, onde os representantes da Confederação cobraram resolução dos problemas apontados e o resultado das ações adotadas pela gestão do INSS na próxima reunião do fórum.